

Aclimação cultural na Educação do Campo da FURG: permanência como direito entre os estudantes indígenas e quilombolas

 Marlon Borges Pestana¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI. Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2236, Centro. São Lourenço do Sul - RS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: mbpestanda@furg.br

RESUMO. O presente estudo analisa a cultura material produzida por estudantes indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG no âmbito do Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Indígena e Quilombola – APEIQ, promovido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. O objetivo deste estudo é compreender as relações entre a cultura material e as formas de representação de ser e estar na universidade, particularmente com relação à manutenção dos seus modos de vida no espaço acadêmico. O método é o da educação patrimonial dialógica em que as reflexões sobre os paradigmas culturais promovem o ensino de História não-formal e informal, de forma democrática e participativa. Foram identificadas atividades na FURG que buscam acolher os modos de vida tradicionais. As oficinas de *stencil*, pintura, cerâmica e artesanato produziram significativa cultura material de matriz etnológica que representam a permanência dos modos de vida indígenas e quilombola no espaço acadêmico. Essa cultura material foi classificada, analisada e entendida como forma das etnias domesticarem o espaço acadêmico tornando-o culturalmente familiar.

Palavras-chave: educação patrimonial, ensino de história, acompanhamento pedagógico.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 8	e15247	10.20873/uft.rbec.e15247	2023	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



Cultural acclimatization in Rural Education at FURG: permanence as a right among indigenous and quilombola students

ABSTRACT. This study analyzes the material culture produced by indigenous and quilombola students at the Federal University of Rio Grande – FURG within the scope of the Pedagogical Support Program for Indigenous and Quilombola Students – APEIQ, promoted by the Pro-Rector of Student Affairs – PRAE. The objective of this study is to understand the relationships between material culture and the forms of representation of being and ethnicity at the university, particularly with regard to the maintenance of their ways of life in the academic space. The method applied was the dialogical heritage education in which reflections on cultural paradigms promote the teaching of non-formal and informal History, in a democratic and participatory way. Activities were identified at FURG that seek to embrace traditional ways of life. The *stencil*, painting, ceramics and crafts workshops produced significant material culture of an ethnological matrix that represent the permanence of indigenous and quilombola ways of life in the academic space. This cultural material was classified, analyzed and understood as a way for ethnic groups to domesticate the academic space, making it culturally familiar.

Keywords: heritage education, history teaching, pedagogical monitoring.

Aclimatación cultural en la Educación de Campo de la FURG: la residencia como derecho entre estudiantes indígenas y quilombolas

RESUMEN. El presente estudio analiza la cultura material producida por estudiantes indígenas y quilombolas de la Universidad Federal de Río Grande – FURG en el marco del Programa de Apoyo Pedagógico a Estudiantes Indígenas y Quilombolas – APEIQ, promovido por el Prorector de Asuntos Estudiantiles – PRAE. El objetivo de este estudio es comprender las relaciones entre la cultura material y las formas de representación del ser y del estar en la universidad, particularmente en relación con el mantenimiento del modo de vida en el espacio académico. El método es el de la educación patrimonial dialógica en la que las reflexiones sobre los paradigmas culturales promueven la enseñanza de la Historia no formal e informal de manera democrática y participativa. Se identifican actividades en la FURG que buscan preservar formas de vida tradicionales. Como el estencil, la pintura, la cerámica y las oficinas artesanales produjeron significativa cultura material de matriz etnológica que representó permanentemente dos modos de vida indígenas y quilombolas en el espacio académico. Esta cultura material fue clasificada, analizada y comprendida a medida que los grupos étnicos domesticaron el espacio académico o culturalmente familiar.

Palabras clave: educación patrimonial, enseñanza de la historia, apoyo pedagógico.

Introdução

A Educação Patrimonial surge no Brasil como resultado da interação entre pesquisadores e o público interessado, principalmente em zonas de extroversão do conhecimento histórico, como museus, parques históricos, monumentos antigos e sítios arqueológicos. No entanto, de 1983 para cá, se passaram 39 anos e os mecanismos de contato entre público leigo e pesquisadores universitários ainda é bem semelhante. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi o de explorar as relações de povos tradicionais indígenas e quilombolas com os espaços da Universidade, identificando quais as relações de pertencimento, permanência e evasão, utilizando-se para isso a análise da cultura material produzida por esses povos nos espaços acadêmicos. Entre os motivos que levaram a desenvolver esse estudo estão os altos índices de evasão de estudantes indígenas e quilombolas do ensino superior e os dados de permanência que indicaram que os estudantes formandos são aqueles que melhor se adaptaram ao ambiente universitário. As palestras de Educação Patrimonial, com a entrega de panfletos e cartilhas, se mostraram ineficazes para consolidar alguma forma de conscientização histórica e engajamento entre a população. Resultados satisfatórios e tangíveis seriam alcançados através da Educação Patrimonial dialógica como forma de mediação cultural, de acordo com Florêncio (2014):

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio, 2014, p. 19).

Em quase uma década a representação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG no Conselho Municipal dos Povos Indígenas CMPI/RG indicaram que o interesse pelas causas culturais e identitárias passa pela acolhida dos estudantes em ambientes culturalmente reconhecíveis. Os espaços de mediação cultural seriam, na vida acadêmica, ambientes culturalmente adaptados e domesticados, para que os estudantes possam se sentir pertencentes àqueles territórios.

Sendo assim, este estudo abordou a confecção do tecido da base cultural, promovida pela Educação do Campo dentro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, para melhor acolher os povos tradicionais numa espécie de “aclimação” étnica e cultural. As evidências colhidas fazem parte do acervo de fontes registradas durante a execução dos projetos de apoio pedagógico para indígenas e quilombolas na referida Universidade. E, como uma reflexão no campo da Educação do Campo, essa pesquisa focou no território como base da reprodução dos modos tradicionais de vida. Por território na Educação do campo entende-se o que Bernardo M. Fernandes e Mônica C. Molina conceituaram no texto de José Martí (2004):

O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola. Ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação (Martí, 2004, p. 08).

O território é um espaço político a ser ocupado, é um lugar de se pensar a realidade para evitar a alienação a partir da memória dos povos tradicionais ingressantes no mundo acadêmico. Nesse sentido, a aclimação cultural que se está propondo é uma resistência a essa alienação, buscando na etnicidade e no pertencimento, os enraizamentos das relações históricas através das ações afirmativas propostas pela própria universidade. E foi pensando nesse território que os programas de acompanhamento pedagógico ao estudante Indígena e Quilombola da FURG, através de ações afirmativas coordenadas, identificaram algumas fronteiras étnicas, como se verá a seguir.

Fronteiras étnicas dentro da Universidade

Em sentido geral, território pressupõe fronteira, física ou simbólica as fronteiras em geral indicam contato, atrito e fricção. A experiência com os povos indígenas no espaço acadêmico pôde ser definida, mas não limitada, pelo conceito de “vivência”. As vivências culturais seriam formas de manter a permeabilidade entre as comunidades acadêmicas e originárias. Segundo Fredrik Barth as fronteiras étnicas são produzidas e reproduzidas pelos atores no decorrer das interações sociais (Barth, 2010, p. 157). Assim, a espaço de interação para os grupos estariam divididos em dois territórios: as quatro paredes das faculdades que os

recebem e os terreiros das aldeias das comunidades que recebem os estudantes Universitários. Nesses espaços as interações acontecem como via de mão dupla, trazendo para a Universidade suas impressões do mundo tradicional e recebendo na comunidade estudantes interessados em conhecer e aprender a cultura indígena e quilombola.

Figura 1 - a) Indígena “xondaro” (guerreiro) da etnia Mbyá Guarani expondo sua arte da FURG; b) Painel confeccionado pelos indígenas da etnia Kaingang para gerar pertencimento e acolhida na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.



Fonte: Marlon Borges Pestana LEdoC/FURG

Os eventos de acolhida serviram como espaços próprios para a mediação cultural, espaços de prática dialógica e troca de vivências (como nas imagens acima) e representam um esforço da Universidade Pública em construir um *locus* de interação, em que a decoração, as cores, as pinturas e as oficinas de artes tratam das pautas identitárias a fim de acolher a luta social de forma cidadã, respeitando as manifestações dos estudantes indígenas e quilombolas que ingressam no ensino público.

Na perspectiva da etnicidade de Fredrik Barth os diferentes agentes protagonistas dos povos tradicionais (1997, p. 201) ao se encontrarem no espaço acadêmico promoveriam fronteiras étnicas permeáveis. Enquanto fricção cultural, o espaço acadêmico seria mais suave se comparado com os espaços urbanos tradicionais. Logo, aproveitando essa permeabilidade étnica, a política de ações afirmativas promovidas pela PRAE/FURG buscou através dos docentes e técnicos da educação algumas alianças para proporcionar o que se decidiu chamar neste artigo de “aclimação” cultural. Ou seja, um espaço através de místicas e semântica que abrigou e acolheu as perspectivas simbólicas de cada conjunto social que chegava à sala de aula.

Ainda, na metodologia, vale mencionar que os dados foram obtidos através do registro sistemático do material cultural trazido nas reuniões do acompanhamento pedagógico e

conselho municipal dos povos indígenas, os dados foram gerados pelo registro dos estudantes que faziam o acompanhamento pedagógico dos estudantes indígenas e quilombolas e analisados através de projeto de pesquisa intitulado “Educação Patrimonial nos movimentos sociais do campo de São Lourenço do Sul, RS, Brasil”. A extroversão dos resultados de pesquisa e se deu através do projeto de extensão intitulado “Bolanta Cultural: etnografando o mundo rural, ambos aprovados pelo Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande – ICHI/FURG.

Por se tratar de um estudo que analisou a cultura material, os artefatos e o patrimônio cultural, não houve necessidade de ser aprovado pelo CEP/FURG, por que conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Pesquisa, essa área das Ciências Humanas e Sociais (CHS), não envolve seres humanos, não houveram entrevistas nem dados ou informações extraídas de pessoas, apenas de objetos e artefatos, por esse motivo decidiu-se por cobrir a identidade das pessoas nas imagens preservando a identidade e o sigilo das mesmas. Mesmo assim, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/FURG, mantém-se atento às pesquisas envolvendo seres humanos, área temática especial Povos Indígenas através da Resolução 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde.

No entanto, essa permeabilidade durante o processo de aclimação só conseguiu ser percebida pelos estudantes dos povos tradicionais através das oficinas de Educação Patrimonial. O espaço foi escolhido por causa do aparato histórico, como método de ensino que foca especificamente nos recursos culturais de cada povo, como por exemplo: pintura corporal e as ervas de chá, arte, artesanato, vestimentas e indumentária. A seguir serão exploradas as formas como esses mecanismos despertam sentimentos decoloniais e pertença.

Educação patrimonial dialógica como ensino de História não-formal no acompanhamento pedagógico ao estudante Indígena e Quilombola (APEIQ) da FURG

A educação patrimonial dialógica é tanto uma metodologia para reduzir o abismo da desigualdade social (Demarchi, 2016) quanto uma importante ferramenta de mediação cultural (Florêncio, 2014) para gerar sentimento de pertencimento com o ambiente público e acadêmico na inserção de direitos e deveres de estudantes em ser e existir no ambiente Universitário. As oficinas foram e ainda são produzidas com a intenção de criar artefatos, objetos, roupas, pinturas e adornos (Figura 2b) que representem a chegada destes povos, assim, essa pesquisa não envolve seres humanos, sua fonte é a análise dos artefatos, objetos e

desenhos produzidos para “domesticar” o ambiente universitário, adaptando-o étnica e culturalmente, numa perspectiva humanizada como sugere Homi Babha (Babha, 2005, p. 61).

Figura 2 - a) Estudantes quilombolas promovendo *stencil* e pintura corporal com painel explicativo de tranças Afro (ao fundo); b) estudantes indígenas Kaingang promovendo oficinas de adorno para estudantes ingressos.



Fonte: Marlon Borges Pestana LEdoC/FURG.

O diálogo como mediação é, para a educação patrimonial dialógica, um caminho de humanização de espaços “duros” para as etnias ingressantes na universidade. É com o intuito de promover a fluidez dos ingressantes indígenas e quilombolas com a comunidade acadêmica que o Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Indígena e Quilombola/APEIQ da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE tem calçado suas ações em construir ambientes conjuntos de sociabilidade, inclusive etnicamente ambientados, como se pode perceber na figura 1b. Esse gesto é coerente com as recentes propostas de educação patrimonial, como define João Lorandi Demarchi (2016):

Educação patrimonial muitas vezes tem sido confundida com promoção do patrimônio e confecção de cartilhas e panfletos. A educação patrimonial aqui defendida ama as pessoas e o mundo. Por isso, reconhece em todas as pessoas sujeitos históricos que podem mudar a realidade de desigualdade social. Desigualdade refletida no reconhecimento seletivo dos bens patrimoniais. A educação patrimonial aqui defendida problematiza essa condição e trabalha para a valorização de todas referências culturais e patrimônios, sendo eles tombados e registrados ou não. Cabe à educação patrimonial, portanto, como busca Ecléa Bosi (2003, p. 18), “interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”. (Demarchi, 2016, p. 288).

É justamente o gesto, promovido pelo APEIQ/FURG, que promove o ensino de História como método na Educação Patrimonial dialógica, uma forma de *etnopertença* cidadã na academia, ampliando o acesso de estudantes e sua permanência, reduzindo significativamente a evasão. Contudo, apesar dessa constatação parecer simples, é de uma complexidade singular na cadeia de significado dos povos tradicionais, principalmente pelo impacto que a educação

superior tem nas relações sociais das próprias comunidades. Além, evidente, do choque cultural que os estudantes não indígenas recebem ao perceberem-se frente a frente com outras culturas, tão diversas quanto dinâmicas. Tanto a abertura dos espaços acadêmicos quanto a promoção das vivências nas comunidades de origem foram promotoras desse espelhamento cultural, a princípio comparativo e, com o tempo, passando a uma fase de convivência prestigiada por ambas as partes.

O trajeto de interação foi percorrido, de certa forma, por um/a mediador/a cultural que era o/a bolsista de acompanhamento pedagógico ao estudante Indígena e Quilombola (APEIQ), o referido estudante, ao ser selecionado para ocupar a vaga do benefício da bolsa, entendeu que serviria como uma espécie de “tradução” entre as demandas das disciplinas e a próprias referências culturais e linguísticas. Essa mediação foi fundamental para a formação de uma “aclimação” cultural que seria o primeiro passo para se estabelecer um conforto na etnicidade, mesmo que material e simbólico. Portanto, assim como Homi Babha (2005) entende, o local da cultura é construído socialmente de forma a prover espaços de permanência e conforto étnico, unindo vocês e resistências contra imposições colonialistas que insistem de forma estrutural no sistema capitalista.

Educação do Campo e Questão Indígena

A Licenciatura em Educação do Campo LEdoC/FURG está inserida numa região com forte presença indígena, entre os municípios de São Lourenço do Sul, Camaquã, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, há uma significativa presença ancestral indígena, das quais as principais delas são: Yvy’ã Poty, Pará Rokê, YyRembé, Goj Tánh, Tánh Vê, que se dividem em comunidades Mbyá Guarani e Kaingang. A Universidade Federal do Rio Grande – FURG insere-se nessas comunidades através dos conselhos municipais indígenas e do Coletivo de Estudantes Indígenas da FURG, além da representação na Comissão de Assuntos Indígenas da Coordenação de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – CAID. No entanto, a questão indígena e espaço acadêmico já foi foto de outras pesquisas (Kawakami, 2019) na qual apresentou que há claramente um desafio nos currículos contemporâneos para perceber e acolher a cultura indígena em sala de aula no ensino superior.

Teoricamente, a Educação do Campo e a Educação Indígena, foram consideradas em duas cartilhas diferentes na SECADI do Governo Federal, porém, as relações entre Educação do Campo e Educação Indígena foram melhor exploradas recentemente em 2017 no trabalho

de conclusão de curso de Márcio Silva (Silva, 2017) do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba que considerou inadequado a produção de material didático indígena, sem a participação efetiva dos mesmos. Outro artigo importante que relaciona questões indígenas à Educação do Campo é a recente pesquisa de Francisca de Andrade (De Andrade & Nogueira, 2023) que revela considerável questão na formação de educadores do campo a ausência de decolonialidade ou de metodologias decolonizantes principalmente no que se refere às questões indígenas.

Ao estudar estes trabalhos, supracitados, ficou claro que os aspectos teóricos da pesquisa deste artigo deveria problematizar a questão da produção de material didático-cultural, a tradução dos recursos étnicos dentro dos espaços acadêmico e as formas de percepção dos gestores universitários em questões de etnicidade, não apenas para resolver o problema da evasão, mas para oferecer informações que fortaleçam os vínculos de permanência na Universidade.

Resultado da análise dos dados

A classificação do material etnográfico identificado mostrou uma maior presença de povos indígenas Kaingang (Jê Meridional) e quilombolas Jejê/Nagô no espaço universitário. No entanto, a cultura material produzida reflete a amplitude das etnias indígenas brasileiras e culturas quilombolas, sem regionalizações específicas, para acolher a interculturalidade afro-brasileira. Através das ambientações e domesticações do território universitário, os estudantes receberam informações etnicamente codificadas e valoradas permitindo a ressignificação do espaço universitário, outrora considerado como elitizado e sem a presença de símbolos de suas etnias de origem.

Figura 3 - Máscaras com grafismos Kaingang elaboradas pelos estudantes da FURG.



Fonte: Marlon Borges Pestana LEdoC/FURG.

Na figura 3 é possível observar um movimento *sui generis* no quadro da Educação do Campo. Durante a pandemia de Sars-Cov-02, os participantes das atividades que envolviam as oficinas de têxtil manifestaram a sua cultura no novo elemento agregado ao vestuário, a máscara de proteção. O ato em si teve um efeito replicante, quando uma ou mais representações culturais gravaram seus símbolos étnicos nas máscaras de tecido na intenção de se proteger contra o vírus, para ficarem duplamente “resguardados”. Essa “aclimação” étnica é semelhante ao que Marshall Sahlins (1997, p. 42) chamou de pessimismo sentimental na relação manifestada com os objetos, imersos na profundidade da representação cultural.

O material analisado também apontou para uma união interessante entre estudantes indígenas e quilombolas, geralmente entre bolsistas e acompanhados/as APEIQ, através do interesse mútuo de suas Histórias e origens. Então, foi percebida uma espécie de mecanismo de reprodução dos valores étnicos através da cultura material, seja através do *stencil*, faixas de parede, oficinas de artesanato ou pintura corporal.

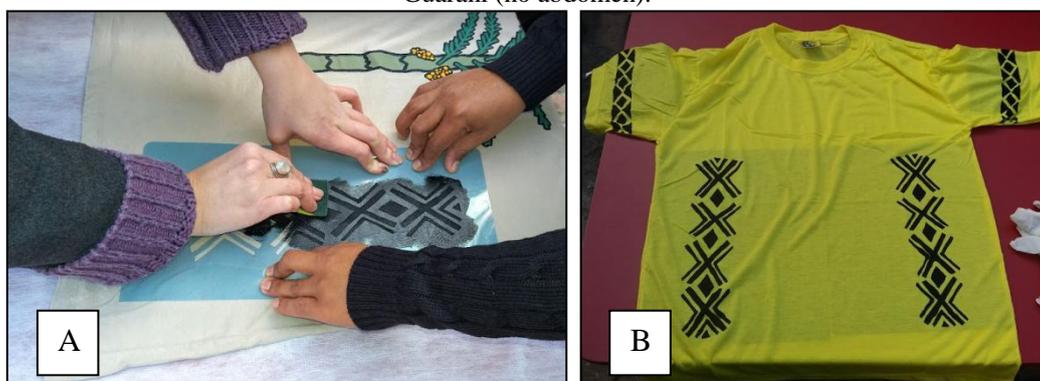
Ao juntar esses elementos foi inevitável considerar que os mecanismos étnicos tratam do ensino de História não-formal ou informal dos povos indígenas e quilombolas, dentro dos espaços universitários, justamente porque durante cada confecção de artefato, *stencil* ou adorno em oficina, sempre acompanhava uma explicação histórica sobre o grafismo ou objeto, conforme a figura 3a. Inclusive parte destes resultados já se encontram publicados (Pestana & Carvalho, 2018; Fonseca *et al.*, 2020; Pestana *et al.*, 2022).

E, de fato, o ensino de História dentro da Educação do Campo, encontrou representação na metodologia da Educação Patrimonial, não por seletividade, mas por tendência dos estudantes a escolherem as oficinas típicas da Educação Patrimonial como a confecção das

bonecas Abayomi, cerâmica arqueológica/indígena, pinturas e grafismos corporais. Dessa forma, as oficinas tradicionais de Educação Patrimonial conseguiram estabelecer um sólido elo entre a Educação do Campo e o ensino de História, já que a ampla maioria das oficinas tratava de temáticas históricas. Como se pode ver na figura a seguir, mesmo as expressões artísticas permaneciam imbuídas de códigos étnicos e históricos.

Como visto anteriormente, a relação da formação do educador do campo, passa por uma dura crítica nas concepções metodológicas devido a ausência de pensamento decolonial ou decolonialidade, deficiência que está relativamente esclarecida na educação patrimonial e no ensino de História (Demarchi, 2016, p. 289). O resultado da análise de dados indicou que, mesmo de posse do material produzido pelas oficinas culturais, os espaços universitários não conseguem absorver e gerir a etnicidade dos povos tradicionais ingressantes, devido a ausência de concepções decoloizantes. O resultado é a vexação do estudante indígena frente a imposição de currículos com densa erudição e complexidade de referenciais bibliográficos eurocêntricos. As oficinas serviram, então, para reduzir essa pressão causada nos espaços acadêmicos e tornar mais suave a permanência, gerando uma identificação étnica do estudante com o espaço da oficina.

Figura 4 - a) Oficinas de *stencil* indígena disponível para todos/as que quisessem pintar camisetas com grafismos indígenas; b) *Stencil* indígena finalizada com símbolos de diferentes etnias, na ilustração Jê (nos braços) e Guarani (no abdômen).



Fonte: Marlon Borges Pestana LEdoC/FURG.

Os artefatos artísticos e culturais disponibilizados representaram a cultura material dos ingressantes na universidade, originários de diversos povos e etnias, incrementaram o pertencimento dos estudantes ao serem acompanhados por acadêmicos da Educação do Campo. O resultado dessa ação esteve ligado diretamente à permanência dos estudantes no quadro acadêmico, evitando a evasão e permitindo a manutenção de suas matrículas. Com

isso, é possível dizer que a cultura material promovida através das oficinas de Educação Patrimonial como metodologia de permanência, encontrou na Educação do Campo um sentido histórico de ser, agregando ainda mais o sentido de pertença das comunidades tradicionais.

Conclusão

O estudo foi o resultado de uma pesquisa maior que analisa as relações da cultura material com a Educação Patrimonial e o ensino de História não-formal e informal dentro dos espaços acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Nesse breve relato foram apontadas as relações entre o Conselho Municipal dos Povos Indígenas – CMPI e o Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Indígena e Quilombola da Universidade Federal do Rio Grande, promovido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/FURG.

O caminho acima percorrido permitiu melhorar a ambientação dos espaços acadêmicos, promoção de atividades e oficinas que convidaram a/o estudante indígena e quilombola a praticar o ensino de História não-formal e informal através da Educação Patrimonial dialógica. O gesto de acolhimento e mediação, promovido pela FURG, vai além da superfície das relações e adentra no campo do imaterial e cosmológico, ampliando o pertencimento, a permanência estudantil, reduzindo a evasão e o abandono de matrícula. Ao observar as relações intrínsecas das áreas temáticas abordadas, ficou evidente que a fronteira étnica frequentada pelos povos do campo, na sua ancestralidade, reconhece nas ações afirmativas da Universidade um território com alguma etnicidade. E, nela, se reconhecem e estabelecem relações de pertença, lugares de memória, cultura e, por fim, permanência.

A resposta ao problema da pesquisa indica que uma melhor adaptação étnica dos ambientes universitários para a vida cultural acadêmica melhora os índices de permanência dos povos tradicionais no espaço acadêmico. Os principais resultados encontrados foram: a. maior interesse e disponibilidade dos estudantes por temas de ensino de História e Cultura na suas respectivas áreas e temáticas; b. menor evasão universitária quando há acolhimento ao estudante através de bolsas de acompanhamento pedagógico; b. melhor participação popular quando há oficinas culturais com as temáticas étnicas; c. a pesquisa indicou que quanto maior o acesso aos recursos culturais da universidade, maior a permanência dos estudantes no espaço acadêmico.

A relevância da pesquisa para a área de conhecimento da Educação do Campo é a de prover informações relevantes sobre os mecanismos que geram a permanência da/os estudantes do campo na Universidade, principalmente para contribuir com a redução da evasão escolar universitária.

Ao encontrar um território domesticado e aclimatado culturalmente, os povos tradicionais se sentem acolhidos e motivados na luta pela decolonialidade, encontrando na permanência um Direito que é pleno e denso em sua essência. Ao pensar nos processos históricos agrários que conduziram a efetividade do estudante do campo, das escolas do campo ao ensino superior é necessário refletir também nas ações afirmativas que mantêm esses estudantes no ensino superior evitando a evasão e a desmotivação na luta, o que poderia conduzir a uma “re-alienação”. As oficinas de educação patrimonial com enraizamento na ancestralidade e no ensino de História encontraram ampla aderência dos povos do campo, por que havia ali um território adequado à reflexão decolonial.

Referências

- Bhabha, H. (2005). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Barth, F. (1997). Grupos étnicos e suas fronteiras. In Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (Orgs.). *Teorias da etnicidade* (pp. 185-227). S./Ed.
- De Andrade, F. M. R., & Nogueira, L. P. M. (2023). Formação de educadores do campo: questões indígenas e decolonialidade. *Revista Internacional de Educação Superior*, 10, e024010-e024010.
- Demarchi, J. L. (2016). Perspectivas para atuação em educação patrimonial. *Revista CPC, [S. l.]*, 22, 267-291. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p267-291>
- Fonseca, E. R., Pestana, M. B., & Funk, T. (2020). As folhas sagradas de Ossaim: Agroecologia quilombola no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), s./p.
- Florêncio, S. R. R. (2012). Educação Patrimonial: um processo de mediação. In Tolentino, A. B. (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas* (s./p.). João Pessoa: IPHAN-PB (Caderno Temático 2).
- Kawakami, É. A. (2019). Currículo, ruídos e contestações: os povos indígenas na universidade. *Revista Brasileira De Educação*, 24, e240006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240006>

Martí, J. (2004). O campo da Educação do Campo. *Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília. Recuperado de: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> Acesso: 29 nov. 2022.

Molina, M. (Org.). (2004). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pestana, M. B., & Da Silva, L. H. C. (2018). Ñaeú Petynguá—que treco é esse? *Revista Memorare*, 5(3), 15-25. Recuperado de: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/7331 Acesso 22 nov 2022.

Pestana, M. B., Fonseca, É. R., & Funk, T. R. (2022). As quatro pedras de Xangô: educação patrimonial dos Quilombos agroecológicos de São Lourenço do Sul, RS. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 10(1), 417-428. Recuperado de: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/2894>

Sahlins, M. (1997). O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte 1). *Mana*, 3(1), 41-73. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200004>

Silva, M. R. (2017). Educação do campo e indígena: uma análise nos livros didáticos das escolas do/no campo. Departamento de Educação do Campo (DEC), do Centro de Educação da UFPB.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 29/11/2022
Aprovado em: 13/09/2023
Publicado em: 21/10/2023

Received on November 29th, 2022
Accepted on September 13th, 2023
Published on October, 21th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Pestana, M. B. (2023). Aclimação cultural na Educação do Campo da FURG: permanência como direito entre os estudantes indígenas e quilombolas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e15247. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15247>

ABNT

PESTANA, M. B. Aclimação cultural na Educação do Campo da FURG: permanência como direito entre os estudantes indígenas e quilombolas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e15247, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15247>

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 8	e15247	10.20873/uft.rbec.e15247	2023	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------